

mais geral das Ciências Humanas — a mensuração e a quantificação são a pedra de toque do positivismo, compreende-se que os autores tenham polarizado a comparação, economizando a referência a outras posições, dentro da própria Antropologia, que contribuíram para o privilégio do **sentido**, sem manifestarem todas as características de epistemologia romântica, aí bem evocada.

Seria talvez oportuno evocar, assim, ao lado da linhagem de Dilthey, a de Marcel Mauss, que, companheiro e partícipe do empreendimento de Durkheim, pôde libertar, em parte, a herança deste último de seus pesados compromissos positivistas e legar a uma boa fração da moderna Antropologia essa preciosa compreensão da sociedade e da cultura como “língua-gem”, ou seja, como “sistema simbólico”, como estrutura de significação. As estratégias epistemológicas desta tradição — muito diferenciadas entre si, sob outros ângulos — diferenciam-se fundamentalmente das que enfatizam a linhagem de Dilthey pela preservação de um estatuto “realista, em última instância, do mundo social (sobretudo em Lévi-Strauss) e pela recusa à intuição e à subjetividade como fundamentos do conhecimento (embora sejam caminhos ou mediações necessárias e indispensáveis ao processo). Por outra via, no entanto, também nesta tradição, pôde-se aceder (sobretudo em Louis Dumont) à “idéia de devir no conceito de cientificidade” — através de uma radical telescopiação da própria cultura ocidental moderna e de seu modo de fazer sentido. Efeitos homólogos, sob um terceiro prisma de inspiração, produziu, no seio do empirismo inglês, a obra desafiadora de E. E. Evans-Pritchard.

O que é certo, porém — através do bom desafio do texto de Minayo & Sanches e destas minhas evocações complementares —, é que o grande espaço de dissensões epistemológicas contemporâneas não comporta mais a atitude estreita de desqualificação *a priori* dos enfoques “qualitativistas”, que tão longamente atravancou o diálogo entre os antropólogos e seus colegas sociólogos, estatísticos, economistas, epidemiólogos, psiquiatras, engenheiros, etc. (ou mesmo entre algumas e diferentes “escolas” antropológicas). Hoje talvez saibamos — melhor que no prepotente século XIX — que nossos frágeis

saberes sempre são relativos (pelo menos em relação à cultura que os enseja) e que a dicotomia epistemológica entre um saber que vai ao real (e que pode aspirar, portanto, a uma sua **medida** certa) e outro que o constrói ou instaura parece ser um horizonte permanente de nossas possibilidades. Afinal, assim se apresenta desde nossa multimilenar apropriação de Platão *versus* Aristóteles até a reencenação, comparativamente tão recente, na polêmica sobre a realidade última do mundo físico entre Einstein e Niels Bohr. Também sabemos que, seja qual for o princípio epistemológico adotado ou a postura metodológica seguida, será necessário proceder com um misto de rigor e imaginação, de tenacidade e humor, de disposição e desconfiância.

Nisso espera-se que se dêem as mãos a ciência social que se pode fazer na Ensp, em meu Programa e em toda e qualquer outra parte.

---

### Célia Leitão

Departamento de Ciências Sociais

Escola Nacional de Escola Pública, Fiocruz

O texto de Sanches & Minayo traz enormes contribuições para todos nós que atuamos na área da saúde. A saúde coletiva, principalmente, sempre se apoiou na segurança dos grandes números para validar os eventos e fenômenos a ela relacionados: epidemias, cálculo de população sob determinado risco, eficácia de medicamentos, etc. Mas há muito tempo se discute, no chamado campo biomédico, que saúde e doença são eventos que ocorrem em corpos de pessoas, e que são tais pessoas que “falam” sobre suas condições de normalidade ou anormalidade. Quando não são elas, alguém, a partir de algum lugar — em geral a partir da ordem médica, ou da ordem do Estado, ou da ordem da classe —, é que fala em nome delas ou por elas. Os clássicos estudos de Canguilhem, Boltanski e Foucault inauguraram as discussões para o melhor entendimento dessas questões.

Entretanto, a aceitação epistemológica de que só a biologia — através da prática médica — não explica o fenômeno saúde/doença tampouco dá conta de que estes estudos estão a salvo dos tropeços metodológicos que têm a ver com a subjetividade e a objetividade das análises.

ses. Sanches discute, de forma muito franca, como o recurso à matemática não confere objetividade a esta ou aquela investigação. Sua crítica à tendência de pensar que a soma das partes não constitui o todo é uma antiga discussão no interior da sociologia quantitativa, voltada para aqueles que leram mal o grande esforço empreendido por Durkheim no estudo sobre o suicídio, ou leram pior ainda o pioneiro trabalho de Snow sobre a epidemia do cólera na Inglaterra. Da mesma forma, uma das modernas vertentes da matemática — a criação de modelos — conduz à deformação e à idealização da realidade, que é justamente a crítica que aplicou-se a Weber e sua criação de “tipos ideais”, ou a Jung, com seus “arquétipos”.

O texto deixa claro que a submissão e a justaposição de uma linguagem sobre a outra são profundamente infrutíferas. No campo das “ciências sociais aplicadas à saúde, como se convencionou chamar, a partir da década de 50 ou pouco antes, este “múltiplo olhar” sobre o fenômeno da saúde/doença, há vários exemplos destas tentativas. Eu recomendaria a releitura dos trabalhos mencionados por Apple (1960), onde podemos examinar os primeiros trabalhos neste sentido. Mais recentemente, já munidos de uma informação epistemológica e metodológica mais atualizada, é importante a leitura dos trabalhos de Bronfman (1984) e Barros (1986) — só para citar poucos e próximos —, que enveredaram pelo penoso caminho da operacionalização dos conceitos de classes sociais em saúde, chegando a atingir resultados bastante abrangentes, sem cair em generalizações banais.

O debate entre método qualitativo e quantitativo, pelo menos no campo da saúde, pode contribuir enormemente para a discussão contemporânea sobre os “vários pontos de vista” sobre um objeto, visando, em última instância, um “bem” que ultrapassa os limites do avanço científico para gozo de poucos intelectuais. É possível haver um sentido ético nesta associação e neste debate franco, cujo fim último deveria ser a busca de melhorias de vida dos seres humanos — não alongando a vida de poucos de forma artificial, mas permitindo a todos a “fala”, o acesso aos serviços e a diminuição de males que já estão devidamente passíveis de controle e, até, de extinção ou erradicação.

Rorty (1991) nos vem à memória quando afirma que “*anybody who thinks that there are well-grounded theoretical answers to this sort of question — algorithms for resolving moral dilemmas — is still, in his heart, a theologian or a metaphysician*”. O grau de sofrimento humano é grande, e cada vez menos solidariedade parece estabelecer-se. A parceria entre os conhecimentos, a complementariedade dos “olhares”, a legitimação das “falas” e o respeito pelas várias linguagens possíveis — como implícito no texto de Sanches & Minayo — podem se constituir num desses possíveis espaços de imaginação, curiosidade e método que iluminem o “caminho do pensamento” referido por Habermas e citado pelos autores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, D., 1960. *Sociological Studies of Health & Sickness*. New York: McGraw-Hill Book Co.
- BARROS, M. B. A., 1986. A utilização do conceito de classe social nos estudos dos perfis epidemiológicos: uma proposta. *Revista de Saúde Pública*, 20: 269-273.
- BRONFMAN, M. & TUIRÁN, R., 1984. La desigualdad ante la muerte: Clases sociales y mortalidad en la niñez. *Cuadernos Médico Sociales*, 29-30: 53-75.
- RORTY, R., 1991. *Contingency, Irony and Solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press.

---

### Ricardo Ventura Santos

Departamento de Antropologia, Museu Nacional  
Departamento de Endemias Samuel Pessoa  
Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz

Minayo & Sanches empreenderam uma tarefa árdua de maneira original e informativa. Não é incomum que os defensores deste ou daquele método entrincheirem-se em seus respectivos domínios de conhecimento e lancem suas cargas de munição no que é percebido como o lado oposto do campo de batalha. São aqueles mais apegados às maneiras de obtenção dos dados, aos métodos, do que à geração de teorias. Os autores, contudo, longe de adotarem posições ortodoxas, procuraram enfocar as potencialidades e limitações de cada uma das abordagens, em conformidade com o fim pedagógico do ensaio.

Em primeiro lugar, gostaria de levantar uma